

CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

CONCURSO PÚBLICO EDITAL Nº 1/2023



Contador

Manhã

Tipo 1 - BRANCA

Organizadora:



INSTITUTO
CONSULPLAN

CARGO: CONTADOR

CONHECIMENTOS GERAIS

LÍNGUA PORTUGUESA

Dia 18 de maio: ainda estampamos nossas caras com uma insana alegria

A Luta Antimanicomial é fruto de um processo histórico chamado “Reforma Psiquiátrica”.

Burburinho. Cartazes prontos. Quem carrega as faixas? Todos já chegaram? O lanche está pronto para o momento da fome. Maria leva o megafone e Paulo carrega as folhinhas com palavras sobre liberdade para distribuir para quem for encontrando no caminho. Cláudia chamou a filha para participar neste dia. E Rogério que não se abre muito nos espaços terapêuticos, hoje divide sorrisos com quem encontra. A música já está tocando e todos vão saindo rua afora.

Esta poderia ser uma cena comum para o dia 18 de maio, dia da Luta Antimanicomial. Talvez a maioria da população nunca tenha ouvido e muito menos dito essa palavra um tanto difícil de pronunciar. Mas, para nós que estamos próximos ao campo e aos serviços direcionados ao cuidado em saúde mental, o dia 18 de maio é um dia caro. Dia de estar na rua. Dia de vestir as esquinas com diferentes cores.

Dia de mover os cartazes escritos pelos trabalhadores, familiares ou usuários dos serviços de saúde mental da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) do Sistema Único de Saúde (SUS). Nas palavras escritas, alguns jargões tradicionais como “de perto ninguém é normal”, “tratar sim, excluir jamais”, “nenhum passo atrás, manicômio nunca mais”. Se pudéssemos, estaríamos agora vivenciando o ar de luta e alegria desta data.

Talvez o significado do dia 18 de maio se estenda ao seu ápice neste lugar: a rua. É justamente sobre conviver na cidade, nas suas infinitas diferenças, que a luta antimanicomial grita. Mas o que é, afinal, isso que propõem?

Falamos do caminho de mudança de concepção e cuidado em saúde mental. Se, por muito tempo, a atenção ao sofrimento psíquico se deu com a centralidade no manicômio, a luta antimanicomial defende que o cuidado deve ser em liberdade, nos espaços onde vive a população, em conjunto com suas famílias, entendendo a cidadania e o acesso aos direitos como fundamentais na produção de saúde de qualquer pessoa.

Violação de direitos humanos

Nos antigos manicômios, ou ainda em muitos hospitais psiquiátricos atuais, como podemos ver na inspeção nacional de hospitais psiquiátricos do Brasil, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia no ano de 2018, se fazem presentes marcas das condições de tratamento outrora hegemônico neste campo: situações de violação de direitos humanos, exclusão do convívio social, locais de péssima higiene, exploração de mão de obra dos internos, falta de espaços terapêuticos, entre outros.

A Luta Antimanicomial é fruto de um processo histórico chamado “Reforma Psiquiátrica”, processo complexo, que não se acaba e que segue em construção. A Reforma Psiquiátrica é um processo de mudança na concepção do saber sobre o que é a “loucura” ou o sofrimento psíquico.

Tratamento redirecionado

Assim, ela faz um giro na percepção do cuidado, saindo da centralidade do tratamento sobre uma doença (ou um código classificatório) para centrar sobre o sujeito que sofre e suas relações. Desta forma, o cuidado é singular, sem possibilidade de ser generalizado através apenas de uma ou outra medicação ou internação perpétua.

No Brasil, a reforma se manifesta principalmente através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo de tratamento.

Desde então, construímos dentro do SUS um aparato que se propõe a fazer um trabalho de âmbito comunitário, com participação popular, garantia de direitos e o respeito à autonomia dos sujeitos.

Neste aparato estão os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), o cuidado nas Unidades Básicas de Saúde (UBS), espaços coletivos de geração de renda, Serviços Residenciais Terapêuticos (SRT), hospitais gerais, centros de convivência, entre outros.

Pioneirismo

O Brasil, de certa forma, foi pioneiro nestas movimentações institucionais, se compararmos com nossos países vizinhos, que seguem ainda na batalha para tirar a centralidade do manicômio.

Uma história de respeito e de perseverança que continua nos fazendo questionar diariamente o que é cuidar num país com uma desigualdade social abissal, que carrega suas marcas coloniais, recordista no assassinato de pessoas LGBTQI+ e na violência contra mulheres, e que extermina sua população negra e indígena. Como criar saúde neste contexto?

Temos vivenciado retrocessos no campo da saúde, de forma geral, e da saúde mental, de forma particular, que podem ser percebidos através da diminuição crescente de recursos destinados aos serviços substitutivos ao manicômio, como os CAPS, do incentivo às comunidades terapêuticas – espaços tão controversos – e o consequente desinvestimento na Política de Redução de Danos, do avanço da cultura neoliberal de medicalização da vida incentivada pela indústria farmacêutica, dentre muitos outros exemplos de desmonte do SUS.

Sabemos que o processo de Luta Antimanicomial não é algo que se acaba. Começou e continua no corpo das pessoas. No corpo dos trabalhadores do SUS. Nos corpos e vidas que seguem resistindo e apresentando a diversidade das formas de ser e estar no mundo.

Valor da liberdade

Por isso o 18 de maio nos é tão caro. Gostamos de estar nas ruas com cores e canções, gritando pelo valor da liberdade. Neste ano, que não poderemos estar nas ruas amontoados, estaremos fazendo o que temos feito diariamente: inventado condições de resistir!

E a Luta Antimanicomial demonstra que a invenção deve ser através do encontro das diferenças, das mais lindas e singulares formas de lutar, amar, ser e viver. Se quiser inventar outra realidade é ser louco, faremos da nossa loucura nossa força para a luta!

(Roger Meneghetti, Luna Trott, Karoline Germano, Luisa Susin, Mariana Koetz, Wesley Carvalho, Marlize Gelatti e Nina Becker. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2021/05/18/artigo-dia-18-de-maio-ainda-estampamos-nossas-caras-com-uma-insana-alegria>. Acesso em: 14/07/2023. Adaptado.)

Questão 01

O Dia Nacional da Luta Antimanicomial, comemorado em 18 de maio, é fortemente relacionado à Reforma Psiquiátrica. Com base no texto, assinale a afirmativa que contradiz as informações sobre a Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica.

- A) O Brasil, se comparado com os países vizinhos, não teve pioneirismo nas movimentações institucionais da Luta Antimanicomial.
- B) A Luta Antimanicomial defende que o cuidado à saúde mental deve acontecer em liberdade, valorizando a cidadania e o acesso aos direitos como fundamentais na produção de saúde.
- C) A Reforma Psiquiátrica no Brasil é expressa, principalmente, através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo de tratamento.
- D) A Reforma Psiquiátrica propõe uma mudança de concepção sobre o que é a “loucura” ou o sofrimento psíquico, centralizando o cuidado no sujeito que sofre e em suas relações, e não mais em uma doença ou um código classificatório.

Questão 02

Considerando que o texto descreve detalhadamente o contexto e as instruções da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica, qual das seguintes afirmações é correta em relação a tais movimentos?

- A) O Brasil não teve nenhuma participação importante nas movimentações institucionais relativas à Luta Antimanicomial.
- B) A Reforma Psiquiátrica tem como objetivo principal eliminar completamente os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).
- C) A Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica defendem a centralização do cuidado em saúde mental exclusivamente nos manicômios.
- D) A Luta Antimanicomial é resultado de um processo histórico chamado “Reforma Psiquiátrica”, um processo contínuo que propõe uma mudança de concepção sobre o que é a “loucura” ou o sofrimento psíquico.

Questão 03

No texto apresentado, há diversas instâncias de uso de linguagem denotativa e conotativa para discutir o tema da Luta Antimanicomial. Assinale a alternativa que ilustra corretamente uma utilização de linguagem conotativa.

- A) “A Luta Antimanicomial é fruto de um processo histórico chamado ‘Reforma Psiquiátrica’ [...]” (7º§)
- B) “Se querer inventar outra realidade é ser louco, faremos da nossa loucura nossa força para a luta!” (17º§)
- C) “O Brasil, de certa forma, foi pioneiro nestas movimentações institucionais, se comparamos com nossos países vizinhos, [...]” (12º§)
- D) “Nos antigos manicômios, ou ainda em muitos hospitais psiquiátricos atuais, como podemos ver na certificação nacional de hospitais psiquiátricos do Brasil, realizada pelo Conselho Federal de Psicologia no ano de 2018, [...]” (6º§)

Questão 04

Considerando a tipologia textual como o conjunto de características e estruturas que identificam um texto, assinale a alternativa que descreve corretamente a tipologia predominante no texto apresentado.

- A) Narração: evidenciada no trecho que detalha a Lei nº 10.216 do ano de 2001.
- B) Injunção: presente no trecho que discute a centralidade do manicômio no tratamento de problemas de saúde mental.
- C) Descrição: exemplificada no trecho sobre a homologação nacional de hospitais psiquiátricos realizada pelo Conselho Federal de Psicologia em 2018.
- D) Dissertação: predominante nos trechos que expõem e argumentam sobre a importância e o significado da Luta Antimanicomial e da Reforma Psiquiátrica.

Questão 05

No texto, os autores usam várias palavras e frases para expressar os conceitos e ações relacionadas à Luta Antimanicomial e à Reforma Psiquiátrica. No que se refere à significação das palavras, a afirmativa que descreve corretamente o significado de uma palavra ou frase no contexto é:

- A) Manicômio: hospital.
- B) Invenção: indica a criação de objetos ou dispositivos novos.
- C) Burburinho: descreve um barulho alto e perturbador durante uma manifestação.
- D) Reforma Psiquiátrica: refere-se à mudança na abordagem do tratamento de doentes mentais, movendo-se do foco no manicômio para o cuidado em liberdade.

Questão 06

Levando em consideração que o texto apresentado utiliza uma variedade de palavras pertencentes a diferentes classes gramaticais para expressar seus pontos de vista sobre a Luta Antimanicomial e a Reforma Psiquiátrica, assinale a alternativa que identifica corretamente a classe gramatical de palavra empregada no texto:

- A) Luta: verbo, no trecho “Dia de Luta Antimanicomial [...]”.
- B) Inventado: adjetivo, no trecho “[...] inventado condições de resistir!”.
- C) Respeito: advérbio, no trecho “Uma história de respeito e de perseverança [...]”.
- D) Retrocessos: substantivo, no trecho “Temos vivenciado retrocessos no campo da saúde [...]”.

Questão 07

No trecho “Sabemos que o processo de Luta Antimanicomial não é algo que se acaba. Começou e continua no corpo das pessoas.” (15º§), a palavra “corpo” foi utilizada para se reportar

- A) ao local onde ocorre uma determinada atividade.
- B) à estrutura física dos indivíduos, referindo-se ao biológico.
- C) ao conjunto de indivíduos que compõem um grupo ou entidade.
- D) à totalidade dos seres humanos, incluindo aspectos físicos, emocionais e sociais.

Questão 08

Considerando a sintaxe da oração e do período, assinale a afirmativa que identifica corretamente a estrutura sintática da frase em destaque.

- A) “Maria leva o megafone e Paulo carrega as folhinhas com palavras sobre liberdade [...]” (1º§) – oração subordinada adverbial causal.
- B) “Se quiser inventar outra realidade é ser louco, faremos da nossa loucura nossa força para a luta!” (17º§) – período composto por subordinação.
- C) “Nos corpos e vidas que seguem resistindo e apresentando a diversidade das formas de ser e estar no mundo”. (15º§) – oração subordinada adjetiva restritiva.
- D) “Uma história de respeito e de perseverança que continua nos fazendo questionar diariamente o que é cuidar num país com uma desigualdade social abissal, [...]” (13º§) – período composto por coordenação.

Questão 09

Em relação às regras de concordância verbal, analise os trechos a seguir e os verbos destacados.

- I. “A música já está tocando e todos vão saindo rua afora.” (1º§).
- II. “Quem carrega as faixas?” (1º§).
- III. “Talvez a maioria da população nunca tenha ouvido [...]” (2º§).
- IV. “Nos antigos manicômios, ou ainda em muitos hospitais psiquiátricos atuais, como podemos ver na certificação nacional de hospitais psiquiátricos do Brasil, realizados pelo Conselho Federal de Psicologia no ano de 2018, se fazem presentes marcas das condições de tratamento outrora hegemônico neste campo: [...]” (6º§).

A concordância verbal está correta em

- A) I, II, III e IV.
- B) II e IV, apenas.
- C) I, II e III, apenas.
- D) I, III e IV, apenas.

Questão 10

Os elementos de coesão são ferramentas linguísticas que permitem a conexão e a harmonia entre as partes de um texto. Em relação ao trecho “O Brasil, de certa forma, foi pioneiro nestas movimentações institucionais, se comparamos com nossos países vizinhos, que seguem ainda na batalha para tirar a centralidade do manicômio.” (12º§), analise as afirmativas a seguir.

- I. A expressão “de certa forma” pode ser substituída, sem prejuízo de sentido, por “de algum modo”.
- II. O pronome relativo “que” é um elemento de coesão referencial, pois retoma a expressão “nossos países vizinhos”.
- III. “Se” exerce a função de conjunção condicional em “se comparamos com nossos países vizinhos”.
- IV. O termo “ainda” pode ser substituído, sem prejuízo de sentido, por “também”.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) II e III.
- B) I, II e III.
- C) I, III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 11

Em “Se quiser inventar outra realidade é ser louco, faremos da nossa loucura nossa força para a luta!” (17º§), a figura de linguagem evidenciada é:

- A) Antítese.
- B) Metáfora.
- C) Hipérbole.
- D) Metonímia.

Questão 12

Em relação ao trecho “No Brasil, a reforma se manifesta principalmente através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais e redireciona o modelo de tratamento.” (9º§), analise as afirmativas a seguir sobre o uso das vírgulas.

- I. Em “No Brasil, a reforma se manifesta principalmente através da Lei nº 10.216”, a vírgula está isolando um adjunto adverbial.
- II. Em “através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais”, a vírgula separa elementos da mesma função sintática em uma enumeração.
- III. Em “através da Lei nº 10.216, do ano de 2001, que sanciona os direitos das pessoas com transtornos mentais”, a vírgula isola o adjunto adverbial deslocado.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I.
- B) III.
- C) I e II.
- D) I e III.

NOÇÕES DE ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Questão 13

Considerando que a mais importante lei estruturante de um município é a sua Lei Orgânica, analise as afirmativas a seguir.

- I. É permitida a acumulação remunerada de dois cargos ou empregos privativos de profissionais de saúde, com profissões regulamentadas, se houver compatibilidade de horários.
- II. O município reservará vinte por cento de cargos, funções e empregos públicos para provimento com portador de deficiência e definirá os critérios de sua admissão, bem como de comprovação clínica de deficiência.
- III. O servidor público municipal e sua família serão inscritos no Regime Geral de Previdência Social (RGPS), para o qual contribuirá o município.
- IV. O município apoiará e incentivará a criação de cooperativas para atender às necessidades de habitação, vestuário, alimentação e material escolar de seus servidores públicos.

Nos termos da Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) I, III e IV.

Questão 14

Nos termos do seu Regimento Interno, a Câmara Municipal de Pouso Alegre tem sua sede na Avenida São Francisco, nº 320, dispondo, ainda, sobre importantes institutos relativos ao Poder Legislativo do município. Nos termos do Regimento Interno da Câmara Municipal de Pouso Alegre, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, 1º Vice-Presidente e 2º Vice-Presidente, 1º e 2º Secretários com mandato de dois anos, não sendo permitida a recondução para o mesmo cargo, na eleição imediatamente subsequente, na mesma legislatura.
- II. As comissões da Câmara Municipal, que podem ser permanentes ou temporárias, são órgãos internos destinados a estudar, investigar e apresentar conclusões ou sugestões sobre as matérias submetidas à sua apreciação. Seu pronunciamento, sobre qualquer matéria sujeita ao seu estudo, dar-se-á através de parecer.
- III. No início de cada sessão legislativa ordinária, os partidos comunicarão à Mesa Diretora a escolha de seus líderes, isto é, dos Vereadores que falam autorizadamente em seu nome, sendo seu porta-voz oficial, em relação a todos os órgãos da Câmara Municipal, sendo o líder do governo indicado pelo Chefe do Poder Executivo.
- IV. Dar-se-á a extinção do mandato do Vereador, dentre outros motivos, por morte; pela renúncia por escrito; e, pela fixação de residência fora do município.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e III.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 15

A Lei nº 13.709/2018, Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD), dispõe sobre o tratamento de dados pessoais, inclusive nos meios digitais, por pessoa natural ou por pessoa jurídica de direito público ou privado, com o objetivo de proteger os direitos fundamentais de liberdade e de privacidade e o livre desenvolvimento da personalidade da pessoa natural. Nos termos da LGPD, analise as afirmativas a seguir.

- I. A disciplina da proteção de dados pessoais tem como fundamentos, dentre outros, a autodeterminação informativa; o desenvolvimento econômico e tecnológico e a inovação; bem como os direitos humanos; o livre desenvolvimento da personalidade; a dignidade; e, o exercício da cidadania pelas pessoas naturais.
- II. Dado anonimizado é o dado relativo a titular que não possa ser identificado, considerando a utilização de meios técnicos razoáveis e disponíveis na ocasião de seu tratamento; enquanto dado pessoal sensível é a informação relacionada à pessoa natural identificada ou identificável.
- III. As atividades de tratamento de dados pessoais deverão observar a boa-fé e os princípios do livre acesso, qualidade dos dados e prevenção, dentre outros.
- IV. A LGPD é aplicada também ao tratamento de dados pessoais realizados para fins, exclusivamente, jornalísticos e artísticos.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) I, II e III.

Questão 16

As normas gerais de licitação e contratação são trazidas, atualmente, pela Lei nº 14.133/2021. Levando-se em conta o seu conteúdo, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () O processo licitatório tem por objetivo, dentre outros, incentivar a inovação e o desenvolvimento nacional sustentável.
- () Superfaturamento é o dano provocado ao patrimônio da Administração, caracterizado, dentre outras situações, por deficiência na execução de obras e de serviços de engenharia que resulte em diminuição da sua qualidade, vida útil ou segurança.
- () Notória especialização é a qualidade de profissional ou de empresa cujo conceito, no campo de sua especialidade, decorrente de desempenho anterior, estudos, experiências, publicações, organização, aparelhamento, equipe técnica ou outros requisitos relacionados com suas atividades, permite inferir que o seu trabalho é essencial e reconhecidamente adequado à plena satisfação do objeto do contrato.
- () Licitação internacional é aquela processada em território nacional na qual é admitida a participação de licitantes estrangeiros, com a possibilidade de cotação de preços em moeda estrangeira, ou licitação na qual o objeto contratual pode ou deve ser executado no todo ou em parte em território estrangeiro.

Nos termos Lei de Licitações, a sequência está correta em

- A) V, V, V, V.
- B) V, F, F, V.
- C) F, F, V, V.
- D) F, V, F, F.

Questão 17

O Código Penal, Decreto-Lei nº 2.848/1940, dispõe sobre os crimes contra a Administração Pública. Analise os atos praticados, a seguir, por funcionários do município de Pouso Alegre:

- Tício patrocinou, diretamente, interesse privado perante a Administração Pública, valendo-se da qualidade de funcionário.
- Caio retardou, indevidamente, ato de ofício para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
- Semprônio exigiu tributo que sabia indevido.
- Mévio apropriou-se de dinheiro de que tinha a posse em razão do cargo.

Nos termos do Código Penal, os atos praticados por Tício, Caio, Semprônio e Mévio, compõem, respectivamente, os seguintes tipos penais:

- A) Tráfico de influência; peculato; sonegação; e, corrupção passiva.
- B) Advocacia administrativa; prevaricação; excesso de exação; e, peculato.
- C) Tráfico de influência; prevaricação; excesso de exação; e, corrupção passiva.
- D) Advocacia administrativa; corrupção passiva; excesso de exação; e, prevaricação.

Questão 18

Princípios são espécies de normas jurídicas abstratas importantes para a hermenêutica e integração jurídica. No direito administrativo, tanto a Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) quanto as normas infraconstitucionais dispõem deste tipo de normativo, tratados de modo explícito ou implícito, na legislação. São considerados princípios do direito administrativo trazidos explicitamente por nossa Constituição somente os indicados em:

- A) Legalidade; contraditório; e, ampla defesa.
- B) Legalidade; autotutela; e, proporcionalidade.
- C) Impessoalidade; contraditório; e, indisponibilidade do interesse público.
- D) Eficiência; legalidade; e, supremacia do interesse público sobre o privado.

Questão 19

De acordo com o Art. 5º, XXXIII, da Constituição da República Federativa do Brasil, “todos têm direito a receber dos órgãos públicos informações de seu interesse particular, ou de interesse coletivo ou geral, que serão prestadas no prazo da lei, sob pena de responsabilidade, ressalvadas aquelas cujo sigilo seja imprescindível à segurança da sociedade e do Estado”. Nos termos da Lei nº 12.527/2011, que regulamenta o acesso a informações, analise as afirmativas a seguir.

- I. A Lei de Acesso à Informação deve ser aplicada somente pela administração direta e indireta da União; portanto, não deve ser aplicada no âmbito municipal que, obrigatoriamente, disciplinará o assunto.
- II. O acesso a informações públicas será assegurado mediante criação de serviço de informações ao cidadão, nos órgãos e entidades do poder público, em local com condições apropriadas para: atender e orientar o público quanto ao acesso a informações; informar sobre a tramitação de documentos nas suas respectivas unidades; protocolizar documentos e requerimentos de acesso a informações; e, ainda, realizar audiências ou consultas públicas, incentivo à participação popular ou outras formas de divulgação.
- III. A informação em poder dos órgãos e entidades públicas, observado o seu teor e em razão de sua imprescindibilidade à segurança da sociedade ou do Estado, poderá ser classificada como ultrassecreta, secreta ou reservada, sofrendo restrição de acesso pelos prazos máximos de vinte e cinco anos; quinze anos; e, cinco anos, respectivamente, podendo as informações relativas à intimidade, vida privada, honra e imagem de agentes públicos legalmente autorizados e à pessoa a que elas se referirem ter seu acesso restrito, independentemente de classificação de sigilo e pelo prazo máximo de cem anos.
- IV. Não poderá ser negado acesso à informação necessária à tutela judicial ou administrativa de direitos fundamentais. As informações ou documentos que versem sobre condutas que impliquem violação dos direitos humanos praticada por agentes públicos ou a mando de autoridades públicas não poderão ser objeto de restrição de acesso.

Está correto, nos termos da Lei de Acesso à Informação, o que se afirma apenas em

- A) I e III.
- B) II e IV.
- C) III e IV.
- D) II, III e IV.

Questão 20

A Constituição da República Federativa do Brasil (CRFB) apresenta normas sobre a Administração Pública. Nos termos do disposto na CRFB, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Acerca de servidor público da administração direta, autárquica e fundacional, no exercício de mandato eletivo: investido no mandato de Prefeito, será afastado do cargo, emprego ou função, sendo-lhe facultado optar pela sua remuneração; investido no mandato de Vereador, havendo compatibilidade de horários, perceberá as vantagens de seu cargo, emprego ou função, sem prejuízo da remuneração do cargo eletivo, e, não havendo compatibilidade, será aplicada a mesma norma anteriormente citada, para o cargo de Prefeito.
- () É garantido ao servidor público civil o direito à livre associação sindical e o exercício do direito de greve nos termos e nos limites definidos em lei específica.
- () É vedada a acumulação do um cargo de professor com um cargo privativo de profissionais de saúde.
- () Somente por lei específica serão criadas autarquias, empresas públicas, sociedades de economia mista e fundações, cabendo à lei complementar, neste último caso, definir as áreas de sua atuação.

A sequência está correta em

- A) V, F, V, F.
- B) F, V, F, V.
- C) V, V, F, F.
- D) F, F, V, V.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

CONHECIMENTOS DO CARGO

Questão 21

Com fulcro na NBC TSP – Estrutura Conceitual, do Conselho Federal de Contabilidade, que estabelece os fundamentos teóricos para elaboração dos Relatórios Contábeis de Propósito Geral (RCPGs) das entidades do setor público, assinale a afirmativa correta.

- A) As fundações, públicas ou privadas, e os partidos políticos devem elaborar suas demonstrações contábeis de acordo com os fundamentos estabelecidos na NBC TSP – Estrutura Conceitual.
- B) As autarquias sujeitam-se à observância obrigatória das prescrições da NBC TSP – Estrutura Conceitual. Os consórcios públicos, no entanto, estão dispensados de obedecer a suas prescrições.
- C) O propósito principal da manutenção de ativos imobilizados e outros ativos no setor público não é sua capacidade de geração de fluxos de caixa, mas, sim, seu potencial de prestação de serviços à comunidade.
- D) A principal finalidade da elaboração das demonstrações contábeis no setor público é fornecer informações aos usuários externos, consubstanciados, principalmente, no Poder Legislativo, nas entidades de controle, no Ministério Público e nas entidades de elaboração de estatísticas nacionais.

Questão 22

A NBC TSP – Estrutura Conceitual define o regime contábil que, obrigatoriamente, deve ser adotado para registros dos fatos que gerem qualquer tipo de variação no patrimônio das entidades do setor público. Trata-se do regime

- A) de arrecadação.
- B) de caixa, para as receitas e para as despesas.
- C) misto, de caixa para receitas e de empenho para as despesas.
- D) de competência, tanto para as variações aumentativas quanto para as diminutivas.

Questão 23

Com base na doutrina e na legislação vigente, sobre os princípios orçamentários, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A possibilidade de reabertura de créditos adicionais especiais e extraordinários configura uma exceção ao Princípio da Anualidade.
- () O Princípio da Totalidade obriga registrar receitas e despesas na Lei Orçamentária Anual (LOA) pelo valor total e bruto, vedadas quaisquer deduções.
- () O Princípio da Exclusividade visa a evitar as chamadas caudas orçamentárias, ou seja, a inclusão, na Lei Orçamentária Anual, de temas alheios à previsão da receita e à fixação da despesa orçamentária.

A sequência está correta em

- A) V, F, V.
- B) F, V, F.
- C) V, F, F.
- D) F, V, V.

O caso hipotético a seguir contextualiza as questões 24 e 25. Leia-o atentamente.

O município de Pintassilgo é proprietário de um prédio utilizado como Unidade Básica de Saúde (UBS). Devido às condições precárias de higiene, o imóvel foi interditado pela vigilância sanitária. Em função do ocorrido, o Chefe do Executivo decide leiloar o imóvel nos próximos seis meses, e transferir a UBS para outro local. Um projeto de lei é aprovado na Câmara, concedendo autorização para a venda do imóvel. O referido ativo está registrado contabilmente por R\$ 420.000,00, e tem depreciação acumulada de R\$ 180.000,00. Na sessão pública de Leilão, o imóvel é arrematado por R\$ 200.000,00, recebidos à vista do comprador.

Questão 24

Considerando a intenção do gestor em efetuar a venda do prédio, deverá ser procedida, no Balanço Patrimonial, a reclassificação do ativo para o grupo:

- A) Ativo Não Circulante, subgrupo Investimentos.
- B) Ativo Circulante, subgrupo Investimentos Temporários.
- C) Ativo Circulante, subgrupo Ativo Não-Circulante Mantido para Venda.
- D) Ativo Não Circulante, subgrupo Ativo Não-Circulante Mantido para Venda.

Questão 25

“É correto afirmar que, na data de realização do Leilão, houve o registro contábil da arrecadação de uma receita orçamentária, no valor de _____ e de uma variação patrimonial _____, no valor de R\$ 40.000,00.” Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) R\$ 240.000,00 / diminutiva
- B) R\$ 200.000,00 / diminutiva
- C) R\$ 200.000,00 / aumentativa
- D) R\$ 240.000,00 / aumentativa

Questão 26

Uma das demonstrações contábeis de elaboração obrigatória pelas entidades do setor público é o Balanço Financeiro, de acordo com a Lei nº 4.320/1964 e o MCASP 9ª edição. Neste demonstrativo, as receitas e despesas orçamentárias serão evidenciadas, segundo a classificação

- A) contábil, que segrega as receitas e despesas em efetivas e não-efetivas.
- B) por natureza, que segrega as receitas e despesas em correntes e de capital.
- C) de apuração de resultado fiscal, que segrega as receitas e despesas em primárias e financeiras.
- D) por fonte e destinação de recursos, que segrega as receitas e despesas em ordinárias e vinculadas.

Questão 27

Considerando as disposições constitucionais sobre o Sistema Tributário Nacional, marque **V** para as afirmativas verdadeiras e **F** para as falsas.

- () A competência para instituição da Contribuição para Custeio do Serviço de Iluminação Pública (COSIP) foi outorgada constitucionalmente aos Estados, Distrito Federal e Municípios.
- () Somente a União poderá instituir Empréstimos Compulsórios, através de lei complementar, para atender a despesas extraordinárias, decorrentes de calamidade pública, de guerra externa ou sua iminência ou, ainda, no caso de investimento público de caráter urgente e de relevante interesse nacional, respeitado, nessa última hipótese, o princípio da anterioridade.
- () Tendo em vista o princípio da vedação ao enriquecimento sem causa, é vedado aos Municípios cobrar contribuição de melhoria dos outros entes federativos.

A sequência está correta em

- A) V, F, F.
- B) F, V, V.
- C) V, F, V.
- D) F, V, F.

Questão 28

Sobre o instituto do adiantamento (ou suprimento de fundos), com base na normatização em vigor, analise as afirmativas a seguir.

- I. Consiste na entrega de numerário a servidor, denominado agente suprido, a fim de realizar despesas que não possam subordinar-se ao processo normal de aplicação.
- II. Um mesmo servidor poderá ficar responsável por até três suprimentos de fundos.
- III. Por se tratar de um regime especial de aplicação de recursos públicos, destinado a casos de urgência, a concessão dos valores ao agente suprido é dispensada de prévio empenho. No entanto, ele fica obrigado a prestar contas dos valores aplicados.
- IV. Simultaneamente ao registro da liquidação da despesa orçamentária, haverá a incorporação de um ativo e de um passivo no Balanço Patrimonial.

Está correto o que se afirma apenas em

- A) I e IV.
- B) II e IV.
- C) I, II e III.
- D) I, III e IV.

Questão 29

Na elaboração do orçamento público são fixadas as despesas orçamentárias para o exercício seguinte. O termo “fixar”, no entanto, não deve ser entendido como sinônimo de algo imutável, uma vez que o gestor dispõe dos créditos adicionais para efetuar alterações orçamentárias. O tema é regido pela Lei nº 4.320/1964, que determina que os créditos suplementares e especiais carecem de indicação da fonte de recursos para custeio das novas despesas. Dessa feita, são fontes passíveis de utilização expressamente previstas na referida Lei, EXCETO:

- A) Os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias.
- B) O *superavit* financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício anterior.
- C) O produto de operações de crédito devidamente autorizadas pelo Poder Legislativo.
- D) O montante dos fluxos de caixa das atividades operacionais, apurado na Demonstração dos Fluxos de Caixa do exercício anterior.

Questão 30

Um empréstimo feito por determinada entidade no valor de R\$ 110.000,00 foi efetuado pelo prazo de um ano à taxa nominal (linear) de juros de 28% a.a. capitalizados trimestralmente. Admitindo-se que a taxa de juros pelo período de capitalização seja a proporcional simples, marque V para as afirmativas verdadeiras e F para as falsas.

- () Descapitalização proporcional de 7% a.t.
- () O custo efetivo do empréstimo é de 31% a.a.
- () O montante do empréstimo é de R\$ 144.187,00.

A sequência está correta em

- A) F, F, V.
- B) F, V, V.
- C) V, V, F.
- D) V, F, F.

Questão 31

Certa entidade deve dois títulos no valor de R\$ 22.000,00 e R\$ 40.000,00 cada. O primeiro título vence de hoje a 2 meses, e o segundo um mês após. O devedor deseja propor a substituição destas duas obrigações por um único pagamento ao final do 5º mês. Considerando 2% ao mês a taxa corrente de juros simples, determine o valor deste pagamento único.

- A) R\$ 64.900,00.
- B) R\$ 64.910,00.
- C) R\$ 64.920,00.
- D) R\$ 64.930,00.

Questão 32

Um título com valor nominal de R\$ 22.500,00 vence em 120 dias. Para uma taxa de juros simples de 31,2% ao ano, analise as afirmativas a seguir.

- I. O valor deste título na data de hoje é de R\$ 20.380,43.
- II. Dois meses antes de seu vencimento, o valor deste título é de R\$ 21.387,83.
- III. O valor do referido título um mês após o seu vencimento é de R\$ 23.095,00.

Está correto o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 33

Tendo em vista o acordo firmado pela Comissão de Compatibilização efetivado em janeiro de 1996, nos termos do Art. 81, da Constituição Estadual, a Instrução SIAFI-MG de nº 13/1996 estabelece diversos procedimentos sobre recolhimento e contabilização do Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF), relativo à folha de pagamento de pessoal de alguns dos seguintes Poderes, EXCETO:

- A) Legislativo e Judiciário.
- B) Executivo e Legislativo.
- C) Judiciário e Tribunal de Contas.
- D) Tribunal de Contas e Ministério Público.

Questão 34

Em relação às contas anuais prestadas pelo Prefeito, dispõe o Art. 236 da Resolução nº 12/2008 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais: “observada a legislação pertinente, as contas deverão conter os balanços _____ do Município, nos quais constarão os dados relativos à execução orçamentária, financeira e patrimonial dos órgãos do Poder Executivo, consolidados com aqueles atinentes ao Poder _____ e às entidades da administração indireta municipal, e serão acompanhadas do relatório e do parecer _____ do órgão de controle _____ do Poder Executivo, além de outros documentos exigidos em ato normativo do Tribunal”. Assinale a alternativa que completa correta e sequencialmente a afirmativa anterior.

- A) gerais / Judiciário / prévio / interno
- B) anuais / Judiciário / prévio / externo
- C) gerais / Legislativo / conclusivo / interno
- D) anuais / Legislativo / conclusivo / externo

Questão 35

A Instrução SIAFI-MG de nº 13/1996 apresenta o modelo das contabilizações referentes ao produto da arrecadação do Imposto de Renda. Com base no exposto, corresponde a um evento da Liquidação da Retenção (Automática):

- A) Evento: 4813 - IRRF a Recolher.
- B) Evento: 5102 - Desconto IRRF Folha de Pessoal a Recolher.
- C) Evento: 6511 - Ordem de Pagamento Consignação em Folha IRRF.
- D) Evento: 4102 - Despesa Pessoal Folha Pagamento não Centralizado Tesouro.

Questão 36

Com fulcro no Art. 253 da Resolução nº 12/2008 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, cabe ao Tribunal Pleno, às Câmaras ou ao relator quando da apuração de irregularidades nas contas à adoção de providências; marque **V** para as verdadeiras e **F** para as falsas.

- () Definir a responsabilidade individual pelo ato de gestão impugnado.
- () Ordenar, se não houver débito, a citação do responsável, para, na forma e nos prazos estabelecidos neste Regimento, apresentar defesa ou recolher a quantia devida, pelo seu valor atualizado.
- () Determinar, se não houver débito, a citação do responsável, para, no prazo fixado neste Regimento, apresentar razões de defesa.
- () Adotar outras medidas cabíveis, inclusive de caráter cautelar.

A sequência está correta em

- A) F, F, V, V.
- B) V, V, F, F.
- C) F, F, F, V.
- D) V, V, V, F.

Questão 37

Conforme o Art. 235 da Resolução nº 12/2008 – Regimento Interno do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, em relação às contas anuais prestadas pelo Prefeito, analise as afirmativas a seguir.

- I. As contas serão apresentadas pelo Prefeito ao Tribunal no prazo de noventa dias, após o encerramento do exercício.
- II. Se as contas não forem apresentadas no prazo previsto de sessenta dias ou se o forem sem atender aos requisitos legais e regulamentares quanto à sua correta instrução, o Tribunal comunicará o fato à Câmara Municipal para, dentre outras medidas, promover a respectiva tomada de contas, nos termos da legislação aplicável.
- III. O prazo para emissão do parecer prévio será contado a partir da apresentação das contas no prazo previsto de sessenta dias, dando-se ciência do fato à Câmara Municipal.

Está INCORRETO o que se afirma em

- A) I, II e III.
- B) I e II, apenas.
- C) I e III, apenas.
- D) II e III, apenas.

Questão 38

Sobre as finanças públicas, em normas gerais, o Art. nº 167 da Constituição Federal apresenta algumas vedações para os entes federados. Assinale a afirmativa que está em DESACORDO com o texto constitucional.

- A) O início de programas ou projetos não incluídos na Lei Orçamentária Anual.
- B) A realização de despesas ou a assunção de obrigações diretas que excedam os créditos orçamentários ou adicionais.
- C) A abertura de crédito suplementar ou especial sem prévia autorização legislativa e sem indicação dos recursos correspondentes.
- D) A abertura de crédito adicional extraordinário para atender despesas urgentes e imprevisíveis, como em caso de guerra, comoção interna e calamidade pública.

Questão 39

Sobre as emendas individuais impositivas apresentadas ao Projeto de Lei Orçamentária Anual Municipal, analise as afirmativas a seguir.

- I. Poderão alocar recursos por meio de transferência especial ou transferência com finalidade definida.
- II. Os recursos transferidos não integrarão a receita para fins de repartição e para o cálculo dos limites da despesa com pessoal ativo e inativo, e de endividamento do ente federado.
- III. É permitido, em qualquer caso, a aplicação dos recursos no pagamento de despesa com pessoal e encargos sociais relativos a ativos e inativos, e com pensionistas, e encargos referentes ao serviço da dívida.
- IV. Pelo menos 70% das transferências especiais deverão ser aplicadas em despesas de capital.

Está em conformidade com o Art. nº 166-A da Constituição Federal o que se afirma apenas em

- A) I e II.
- B) II e III.
- C) I, II e IV.
- D) I, III e IV.

Questão 40

Determinada Câmara Municipal do Estado de Minas Gerais publicou edital de concurso público para preenchimento de cargo efetivo e deixou de enviar tempestivamente ao Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais informações e documentos, por meio do módulo edital do Sistema Informatizado de Fiscalização de Atos de Pessoal (FISCAP), relativo ao concurso público. Segundo a Instrução Normativa do TCE-MG nº 01, publicada em 30/03/2022, o prazo mínimo de antecedência de envio das informações e documentos, após a publicação do edital do concurso, deverá ser de:

- A) Trinta dias da data do início das inscrições.
- B) Quinze dias da data da aplicação das provas.
- C) Sessenta dias da data do início das inscrições.
- D) Quarenta e cinco dias da data do início da aplicação das provas.

Questão 41

O montante da receita corrente líquida, compreendida entre doze meses de um determinado município, somou o valor de R\$ 100.000,00. De acordo com os Arts. 19 e 20 da Lei Complementar Federal nº 101/2000 que determinam os gastos com pessoal em relação aos percentuais da receita corrente líquida por ente federado, bem como a repartição destes limites entre os poderes de cada ente, considere que não existe nesse município o órgão Tribunal de Contas do Município. O valor máximo de gastos com pessoal neste mesmo período da apuração da receita corrente líquida que a Câmara Municipal poderá comprometer, sem infringir os limites determinados pelo Art. 20, é:

- A) R\$ 3.000,00.
- B) R\$ 6.000,00.
- C) R\$ 54.000,00.
- D) R\$ 60.000,00.

Questão 42

Considere que a folha de pagamento mensal do subsídio dos vereadores municipais, em conformidade com a Resolução aprovada na legislatura anterior, seja de R\$ 120.000,00. O contador deverá classificar tal despesa orçamentária por categoria econômica, grupo de natureza da despesa e elemento de despesa para efetuar o pagamento. Qual a alternativa que evidencia correta e respectivamente a classificação orçamentária?

- A) Despesas de capital; amortização da dívida; e, vencimentos e vantagens fixas – PC.
- B) Despesas correntes; outras despesas correntes; e, vencimentos e vantagens fixas – PC.
- C) Despesas de capital; pessoal e encargos sociais; e, contratação por tempo determinado.
- D) Despesas correntes; pessoal e encargos sociais; e, contratação por tempo determinado.

Questão 43

Considere que a folha de pagamento mensal do subsídio dos vereadores municipais gerou o montante de R\$ 10.800,00 de desconto no contracheque dos vereadores para a contribuição previdenciária do INSS e o montante de R\$ 25.800,00 de contribuição patronal para o INSS. No mês subsequente, o contador deverá classificar tais despesas para efetuar o recolhimento ao INSS. O correto registro do fato, se é de caráter orçamentário ou extraorçamentário para o desconto efetuado no contracheque dos vereadores, e do valor da contribuição patronal que a câmara municipal fará ao INSS, é:

- A) Despesas extraorçamentárias/obrigações patronais; Despesas orçamentárias/consignações.
- B) Despesas orçamentárias/consignações; Despesas extraorçamentárias/obrigações patronais.
- C) Despesas orçamentárias/obrigações patronais; Despesas extraorçamentárias/consignações.
- D) Despesas extraorçamentárias/consignações; Despesas orçamentárias/obrigações patronais.

Questão 44

Suponha que a Câmara Municipal queira contratar os serviços de certo restaurador de notória especialização comprovada, justificando a inviabilidade de concorrência, para restauração de suas obras de arte na sede. Considerando as leis que regulamentam as licitações e contratos administrativos, que estabelecem normas gerais pertinentes à contratação de obras, serviços, compras, alienações, locações, bens e serviços comuns, o procedimento adequado ao certame licitatório quando comprovada a impossibilidade de competição é aplicar

- A) o Art. 1º da Lei nº 10.520/2002.
- B) a inexigibilidade do Art. 25 da Lei nº 8.666/1993.
- C) a modalidade de aplicação convite da Lei nº 8.666/1993.
- D) a modalidade de aplicação concurso da Lei nº 8.666/1993.

Questão 45

Em atenção à Lei Orgânica do Município de Pouso Alegre, analise as afirmativas a seguir.

- I. Ao Vereador da cidade de Pouso Alegre é garantida a concessão de ajuda de custo pelas reuniões extraordinárias.
- II. O exercício do mandato de Vereador será impedido, por ato da Mesa Diretora, nos casos de suspensão dos direitos políticos; decretação judicial de prisão preventiva; e, prisão em flagrante delito.
- III. Quando investido em cargo de auxiliar direto do Prefeito, o Vereador será considerado licenciado do cargo automaticamente.
- IV. Será extinto o mandato do Vereador após sentença transitada em julgado pela Justiça Federal, respeitado o contraditório e a ampla defesa.

Está INCORRETO o que se afirma em

- A) I, II, III e IV.
- B) I e IV, apenas.
- C) II e III, apenas.
- D) III e IV, apenas.

ATENÇÃO



NÃO É PERMITIDA a anotação das respostas da prova em **NENHUM MEIO**. O candidato flagrado nesta conduta poderá ser **ELIMINADO** do processo.

PROVA DISCURSIVA

ORIENTAÇÕES GERAIS

- A Prova Discursiva terá caráter eliminatório e classificatório; é constituída de 2 (duas) questões teóricas e/ou estudos de casos versando sobre temas relacionados aos conhecimentos específicos do respectivo cargo. Será avaliada na escala de 0 (zero) a 15 (quinze) pontos.
- A resposta deverá ser manuscrita em letra legível, com caneta esferográfica de corpo transparente e de tinta azul ou preta, não sendo permitida a interferência e/ou a participação de outras pessoas. A Prova Discursiva terá extensão mínima de 5 (cinco) linhas e máxima de 15 (quinze) linhas para cada questão teórica e/ou estudo de caso. Será atribuída nota 0 (zero) ao texto que contiver número de linhas inferior aos limites mínimos estabelecidos.
- O candidato receberá nota zero na Prova Discursiva em casos de não atendimento ao conteúdo avaliado, de não haver texto, de manuscrito em letra ilegível ou de grafar por outro meio que não o determinado em edital, bem como no caso de identificação em local indevido, sendo vedado qualquer tipo de rasura e/ou adulteração na identificação das páginas, sob pena de eliminação.
- Serão considerados os seguintes elementos de avaliação:

CRITÉRIOS	PONTUAÇÃO
(A) ASPECTOS MACROESTRUTURAIS	10 pontos
ABORDAGEM DO TEMA E DESENVOLVIMENTO DO CONTEÚDO:	
Neste critério serão avaliados: Pertinência de exposição relativa ao problema, à ordem de desenvolvimento proposto e ao padrão de resposta, conforme detalhamento a ser oportunamente publicado.	
(B) ASPECTOS MICROESTRUTURAIS	5 pontos
Indicação de um erro para cada ocorrência dos tipos a seguir:	
1. Conectores (sequenciação do texto). 2. Correlação entre tempos verbais. 3. Precisão vocabular. 4. Pontuação. 5. Concordância nominal e verbal. 6. Regência nominal e verbal. 7. Colocação pronominal. 8. Vocabulário adequado ao texto escrito. 9. Ortografia. 10. Acentuação.	
OBSERVAÇÕES QUANTO AOS CRITÉRIOS DE CORREÇÃO:	
1. A cada erro textual referente aos aspectos microestruturais ocorrerá o decréscimo de 0,25 ponto, até o limite de 5 pontos.	
2. Por linha efetivamente escrita, entende-se a linha com no mínimo duas palavras completas, excetuando-se preposições, conjunções e artigos.	
3. O padrão de resposta será divulgado com o resultado preliminar da Prova Discursiva.	

Questão 01

O caso do município X

O município X é uma cidade de médio porte com, aproximadamente, 100.000 habitantes e que possui uma economia diversificada, incluindo setores como agricultura, indústria e serviços. O município vem enfrentando o desafio de garantir que o limite de gasto total com pessoal, conforme determinado pela Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), não seja ultrapassado, já que em 2022 a administração municipal teve dificuldades em se manter dentro do limite estabelecido pela LRF, o que gerou preocupações com possíveis sanções legais e ações corretivas. A Receita Corrente Líquida do município referente ao segundo quadrimestre de 2023 é de R\$ 8.500,00 e a Despesa Total com Pessoal efetuada, considerando os poderes Executivo e Legislativo, corresponde a R\$ 4.680,00.

Considerando a situação hipotética, atenda aos questionamentos apresentados levando em consideração, exclusivamente, a esfera municipal.

- A) Discorra sobre os limites da Despesa Total com Pessoal conforme previsto na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos: os percentuais dos limites máximo, de alerta e prudencial; a importância do controle da despesa com pessoal; as sanções e medidas previstas na LRF em caso de não atendimento aos limites; periodicidade da apuração dos limites.
- B) Calcule o percentual e o valor da Despesa Total com Pessoal no período analisado e justifique a situação do município perante tal resultado, conforme determinações previstas na Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

Questão 02

O patrimônio cultural da cidade Y

A cidade Y é um município localizado em uma região montanhosa com uma rica história que remonta ao período colonial, possuindo diversos monumentos, museus, sítios arqueológicos, manifestações culturais, festas tradicionais e saberes populares. Sabe-se que o município recebe um grande número de turistas interessados em conhecer seu patrimônio cultural, o que representa uma importante fonte de renda para a economia local. Dentre os principais marcos culturais estão:

- a) Monumento “Marco da Fundação”: estátua que representa os colonizadores que fundaram a cidade. Foi construído em 1710, sendo considerado um dos símbolos históricos mais importantes da cidade;
- b) Museu Histórico “Memória Viva”: museu que abriga objetos, documentos e fotos que contam a história da cidade e da região;
- c) Sítio Arqueológico “Ruínas do Forte”: ruínas de um antigo forte construído no século XVIII para proteger a cidade de invasões inimigas;
- d) Festa da Padroeira “Nossa Senhora das Graças”: celebração anual que atrai fiéis de toda a região com procissões, missas e festividades culturais;
- e) Congado “Guardiões da Tradição”: manifestação cultural afro-brasileira que combina música, dança e religiosidade, transmitida de geração em geração; e,
- f) Artesanato de Peças Regionais produzidas pelos artesãos locais: saberes e conhecimentos tradicionais de artesanato, como cerâmica, renda e bordado, que são passados de artesão para artesão.

A partir da situação hipotética, discorra sobre patrimônio cultural, abordando, necessariamente, os seguintes aspectos:

- A) Justificativa da definição de alguns ativos como Patrimônio Cultural;
- B) Classificação dos bens pertencentes ao município Y apresentados nos respectivos grupos patrimoniais; e,
- C) Características que geralmente são apresentadas por itens do patrimônio cultural.

CONCURSO PÚBLICO – CÂMARA MUNICIPAL DE POUSO ALEGRE/MG

01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	
11	
12	
13	
14	
15	

RASCUNHO





INSTRUÇÕES

1. Somente será permitida a utilização de caneta esferográfica de tinta azul ou preta, feita de material transparente e de ponta grossa.
2. É proibida, durante a realização das provas, a comunicação entre os candidatos, bem como a utilização de máquinas calculadoras e/ou similares, livros, anotações, impressos ou qualquer outro material de consulta, protetor auricular, lápis, borracha ou corretivo. Especificamente, não será permitido ao candidato ingressar na sala de provas sem o devido recolhimento, com respectiva identificação, dos seguintes equipamentos: *bip*, telefone celular, *walkman*, agenda eletrônica, *notebook*, *palmtop*, *ipod*, *ipad*, *tablet*, *smartphone*, mp3, mp4, receptor, gravador, máquina de calcular, máquina fotográfica, controle de alarme de veículo, relógio de qualquer modelo, pulseiras magnéticas e similares etc., o que não acarreta em qualquer responsabilidade do Instituto Consulplan sobre tais equipamentos.
3. Com vistas à garantia da segurança e da integridade do certame, no dia da realização das provas escritas, os candidatos serão submetidos ao sistema de detecção de metais na entrada e na saída dos sanitários. Excepcionalmente, poderão ser realizados, a qualquer tempo durante a realização das provas, outros procedimentos de vistoria além do descrito.
4. O caderno de provas consta de 50 (cinquenta) questões de múltipla escolha para os cargos de nível médio; e, 45 (quarenta e cinco) questões de múltipla escolha para os cargos de nível superior, bem como para o cargo de Procurador. Serão aplicadas Provas Discursivas para todos os cargos, sendo 1 (uma) redação para o cargo de nível médio; 2 (duas) questões teóricas e/ou estudos de casos para os cargos de nível superior (exceto Procurador); e, 1 (um) parecer jurídico para o cargo de Procurador.
5. Ao receber o material de realização das provas, o candidato deverá conferir atentamente se o caderno de provas contém o número de questões previsto, se corresponde ao cargo a que está concorrendo, bem como se os dados constantes no Cartão de Respostas (Gabarito) e na Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) estão corretos. Caso os dados estejam incorretos ou o material incompleto ou, ainda, detenha qualquer imperfeição, o candidato deverá informar tal ocorrência ao Fiscal de Aplicação.
6. A prova terá duração de 4h30min (quatro horas e trinta minutos) para todos os cargos. Este período abrange a assinatura, assim como a transcrição das respostas para o Cartão de Respostas (Gabarito) e para a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva).
7. As questões das provas objetivas são do tipo múltipla escolha, com 4 (quatro) opções (A a D) e uma única resposta correta. Ao terminar a prova, o candidato, obrigatoriamente, deverá devolver ao Fiscal de Aplicação o Cartão de Respostas (Gabarito) e a Folha de Textos Definitivos (Prova Discursiva) devidamente assinados em local indicado.
8. Os Fiscais de Aplicação não estão autorizados a emitir opinião e prestar esclarecimentos sobre o conteúdo das provas. Cabe única e exclusivamente ao candidato interpretar e decidir.
9. Não é permitida a anotação de informações relativas às suas respostas (cópia de gabarito) no comprovante de inscrição ou em qualquer outro meio.
10. O candidato somente poderá retirar-se do local de realização das provas escritas levando o caderno de provas no decurso dos últimos 60 (sessenta) minutos anteriores ao horário previsto para o seu término. O candidato somente poderá retirar-se do local de provas a partir dos 90 (noventa) minutos após o início de sua realização; contudo, não poderá levar consigo o caderno de provas.
11. Os 3 (três) últimos candidatos de cada sala só poderão sair juntos. Caso algum deles insista em sair do local de aplicação antes de autorizado pelo Fiscal de Aplicação, será lavrado Termo de Ocorrência, assinado pelo candidato e testemunhado pelos 2 (dois) outros candidatos, pelo Fiscal de Aplicação da sala e pelo Coordenador da Unidade de Provas, para posterior análise da Comissão de Acompanhamento do Concurso Público.

RESULTADOS E RECURSOS

- Os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas serão divulgados na *Internet*, no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, a partir das 16h00min da segunda-feira subsequente à realização das provas escritas objetivas de múltipla escolha.
- O candidato que desejar interpor recursos contra os gabaritos oficiais preliminares das provas objetivas disporá de 3 (três) dias úteis, a partir do dia subsequente ao da divulgação (terça-feira), em requerimento próprio disponibilizado no *link* correlato ao Concurso Público no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br.
- A interposição de recursos poderá ser feita via *Internet*, através do Sistema Eletrônico de Interposição de Recursos, com acesso pelo candidato ao fornecer os dados relativos à sua inscrição apenas no prazo recursal, ao Instituto Consulplan, conforme disposições contidas no endereço eletrônico www.institutoconsulplan.org.br, no *link* correspondente ao Concurso Público.